

A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

COMBATER A EXTREMA-DIREITA!

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA



POR UMA PLATAFORMA NACIONAL ANTI-RACISTA P5

COMO DERROTAR BOLSONARO P9

CONTRA O MACHISMO, GREVE FEMINISTA! P10

O FASCISMO
E COMO
DERROTÁ-LO
P6



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- A redução da jornada de trabalho semanal para 35 horas para todos os trabalhadores e a reforma completa aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas mínimas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos falsos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação

que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao

salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Direito à nacionalidade portuguesa para todos e o fim da burocracia! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.
- A completa legalização do aborto como um serviço de saúde

igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contracepção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas, lavandarias e lares.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infraestruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

EDITORIAL

ORÇAMENTO DO ESTADO 2019: O PREÇO DA CAPITULAÇÃO

Há um ano atrás analisávamos o Orçamento do Estado (OE) de 2018 e alertávamos para o preço da desmobilização, o preço pago pelos trabalhadores dada a política de paz social levada a cabo pelas direcções reformistas das principais organizações dos trabalhadores: BE, PCP e CGTP.

“O OE2019 MANTÉM AS CONCESSÕES AO CAPITAL INALTERADAS, À CUSTA DOS TRABALHADORES E SERVIÇOS SOCIAIS DO ESTADO.”

No final de um ano, que confirmou a tendência de aumento do número e da intensidade das lutas, o boicote praticado por estas direcções agravou-se e passou a outro patamar. O OE2019 mantém a austeridade implementada nos anos da troika praticamente intocada. Depois de 3 anos a prometer a “viragem do ciclo de empobrecimento”, este é o preço da capitulação das direcções reformistas, que abandonam as principais lutas de 2018 para manter a estabilidade de um governo neoliberal. A posição que defendemos é o voto contra o OE2019.

Degradação do público, rendas ao privado

Em traços gerais, o OE2019 mantém as concessões ao capital inalteradas, à custa dos trabalhadores e serviços sociais do Estado.

O governo prevê gastar mais em PPPs (Parceria Público-Privado) do que em todo o sector público. Serão 2.078 milhões de euros para 4.210 quilómetros de PPPs e apenas 1.922 milhões para 13.664 quilómetros de rede pública ferroviária e rodoviária. A degradação do serviço e infraestruturas irá aprofundar-se, colocando em risco a vida de utentes e trabalhadores. Na Saúde, o orçamento para o SNS, face ao seu

colapso, aumentará apenas 2,4% (segundo o estudo de Eugénio Rosa), um valor irrisório face ao seu colapso actual. A despesa com o sector privado aumentará ainda mais, seja pelo aumento das PPPs, seja pela crescente necessidade de recorrer ao privado por incapacidade de resposta do SNS. Na Educação, o governo pre-

para-se para manter a política de precarização, privatização (através da municipalização do ensino básico) e desmantelamento do ensino público. Está ainda previsto o “apagão” de quase uma década de trabalho dos professores, ao mesmo tempo que diminui em 4% as despesas com pessoal.

O total de encargos com as PPPs será de cerca de 1,7 mil milhões de euros em 2019. Juntam-se as SWAPs no valor de 159 milhões de euros e os encargos com a dívida pública de mais de 7 mil milhões de euros. Estão previstos ainda auxílios ao sector financeiro de mais de 1,6 mil milhões de euros. Isto depois de, entre 2010 e 2017, se terem enterrado cerca de 17,5 mil milhões de euros na Banca. Ao nível dos benefícios fiscais em sede de IRC, só em 2017 totalizaram 1,1 mil milhões de euros, sobretudo para as empresas do PSI-20, as vinte maiores empresas cotadas na bolsa de Lisboa.

Os trabalhadores pagam a factura

O OE2019 é especialmente pernicioso, uma vez que as reformas fiscais deste governo reforçaram a tendência do governo anterior: aumentar o factor regressivo dos impostos, fazendo pagar mais a quem

ganha menos e menos a quem ganha mais.

De acordo com Eugénio Rosa, os impostos indirectos aumentaram cerca de 25% durante a Geringonça, o que penaliza sobretudo os trabalhadores mais pobres e precarizados. Em termos absolutos, o IVA representa 2/3 da receita indirecta total. Mais uma vez, são os trabalhadores a contribuir fortemente para um Estado que não lhes dá nada em retorno.

Um salário mínimo nacional de 600€ continua a ser de miséria e, com o preço dos bens básicos a aumentar, sobretudo a habitação, torna-se cada vez mais difícil para os trabalhadores e jovens chegar ao fim do mês. Adicionalmente, apesar do descongelamento de algumas carreiras na Administração Pública, o Governo propõe um aumento da despesa de apenas 0,2%, o que impedirá qualquer aumento real dos salários. O papel do Governo e instituições estatais no processo de regularização dos precários do Estado tem sido absolutamente criminoso. Multiplicam-se as histórias de atrasos, assédios e despedimentos de trabalhadores que

brecremento.

Entramos no último ano da Geringonça com estes dirigentes a ter cada vez mais dificuldade em mascarar a sua capitulação. Há alguns meses atrás, Catarina Martins afirmou a vontade do BE integrar um futuro executivo PS e Jerónimo de Sousa também se mostrou “disponível para governar”. Ao invés de mobilizar a classe trabalhadora na luta por um OE2019 que responda às suas necessidades, amplificando as lutas em curso, estes dirigentes procuram gerir o capitalismo melhor que os próprios capitalistas.

Aprovar orçamentos austeritários, enquanto se pinta o governo com as cores da esquerda, não é mais do que consolidar-se como parte integrante do sistema que hoje impede os trabalhadores de usufruir do crescimento e amanhã lhes passará a factura da nova recessão. A esquerda que quer salvar o capitalismo, tentando apresentá-lo com um rosto humano, é a mesma que abre as portas para que a extrema-direita ocupe o campo anti-sistémico de forma populista.

As recentes vitórias de Bolsonaro, Trump e Salvini mos-

“A ESQUERDA QUE QUER SALVAR O CAPITALISMO, TENTANDO APRESENTÁ-LO COM UM ROSTO HUMANO, É A MESMA QUE ABRE AS PORTAS PARA QUE A EXTREMA-DIREITA OCUPE O CAMPO ANTI-SISTÉMICO DE FORMA POPULISTA.”

se inscreveram na plataforma.

O reformismo e a extrema-direita

As direcções do BE, PCP e CGTP tentam, por todos os meios, convencer-nos que este é o melhor orçamento possível. Para de seguida reclamar para si e entre si medidas que, no quadro geral, se tornam apenas cosmética sobre uma realidade que é de continuação da austeridade e do emp-

tram o falhanço do reformismo e representam uma ameaça real. Mas, ao mesmo tempo, acenderam a chama da resistência de milhões de jovens e trabalhadores por todo o mundo, que se organizam para lutar e enfrentam corajosamente a repressão. Será nessa resistência que teremos de construir uma alternativa independente e socialista da classe trabalhadora e juventude. ✪

APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo para: se concordas com o que defendemos, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

ÓRGÃO OFICIAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Colaboraram neste número:

Ângela Sankara, Bruno Penha, Diana Rato, Fábio Ruiz, Gonçalo Romeiro, João Gorizia, João Reberti, Luís Sombreiro, Mariana Mourinho, Minerva Martins e Pamela Peres Cabreira.

Tiragem: 200

Gráfica: Artes Gráficas Lisboa.
Beco do Alegrete 2,
1100-378 Lisboa

✉ socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

🌐 socialismo hoje.wordpress.com

📌 [/socialismorevolucionariocit](https://www.facebook.com/socialismorevolucionariocit)





Manifestação nacional de estivadores, Setembro de 2018. Foto: Sérgio Sousa, SEAL.

ESTIVADORES: UMA LUTA QUE É DE TODOS

Gonçalo Romeiro

A guerra contra a precariedade nos portos é antiga, tão antiga quanto a própria actividade de estiva. Nos últimos anos ela tem-se centrado na actividade do antigo SETC – Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores de Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal, um sindicato regional que no final de 2016 se tornou nacional, passando a SEAL – Sindicato de Estivadores e da Actividade Logística.

A luta contra a precariedade nos portos nacionais não é só antiga: tem sido exemplar. Usando a força de um sindicalismo de base e combativo, aliado a uma solidariedade internacional militante através da filiação ao *International Dockworkers Council* (IDC), os trabalhadores do SEAL têm conseguido manter a precariedade em cheque no Porto de Lisboa e feito avanços importantes em vários outros portos do país. Este sucesso merece o mais profundo ódio dos patrões portuários e da burguesia em geral, que sistematicamente demonizam a luta destes trabalhadores através dos principais meios de comunicação.

O verão de 2016 representou um passo de extrema im-

portância para a organização operária nos portos e, num contexto de continuada crise do movimento sindical nacional, de extrema importância para a organização da classe trabalhadora como um todo. A derrota da precariedade no Porto de Lisboa e a criação do SEAL abriram uma nova página para o combate à precariedade nos portos de todo o país e deixaram um exemplo a ser seguido por outros sectores.

A resposta patronal não se fez esperar. O seu objectivo é claro: destruir as conquistas dos estivadores, começando pelo seu sindicato de classe, o SEAL. Estivadores de todo o país, com destaque para os portos de Leixões e do Caniçal (Madeira), têm sido alvo de assédio laboral, tentativas de suborno ou despedimentos sumários por se filiarem no SEAL.

Construir um sindicato nacional para o sector logístico é de extrema importância não só para estes trabalhadores em particular, como para toda a classe, dada a importância crescente desta actividade no sistema capitalista global, e a sua importância concreta no contexto da economia portuguesa. Como qualquer processo vivo, ele não é linear, mas dá-se no meio de uma luta de contrários. De um lado temos os patrões, e a burguesia no seu conjunto, que tentam boi-

cotar a construção do SEAL, cuja actividade ainda se centra principalmente em Lisboa. Do outro os trabalhadores, que tentam levar a luta contra a precariedade a todos os portos, com o objectivo de replicar as condições conquistadas em Lisboa por todo o país.

O boicote patronal dá-se em várias frentes e conta com a solidariedade da sua classe, bem visível nos meios de comunicação nacional. Tentando manter os estivadores isolados da restante classe trabalhadora através de uma já antiga campanha de difamação, vale tudo para impedir que trabalhadores de outros portos se filiem ao SEAL. Nesta batalha contam inclusivamente com os burocratas dos sindicatos amarelos, i.e., aliados dos patrões, que há anos “venderam os filhos” e deixaram a precariedade instalar-se como uma gangrena.

Ao mesmo tempo que tentam impedir a construção do SEAL nos principais portos do país, atacam directamente a sua principal base em Lisboa. A 10 de Setembro deste ano, o jornal Público e a LUSA noticiavam uma denúncia feita pela Confederação dos Sindicatos Marítimos e Aeroportuários, afecta à UGT, dos perigos da passagem para a Câmara Municipal de Lisboa da gestão das áreas portuários. Segundo

a Confederação “Está, pois, dado o primeiro passo para a extinção do Porto de Lisboa” e a sua passagem definitiva para o Barreiro, abrindo assim campo para a especulação imobiliária.

Do lado dos trabalhadores assistimos a uma luta decidida e solidária. A 27 de Julho de 2018 o SEAL organizou a sua primeira greve nacional contra as práticas anti-sindiciais nos portos portugueses. Foi um passo histórico, com uma adesão de 100% dos filiados e um impacto decisivo por todo o país. A resposta dos patrões e do governo foi de continuação da ofensiva, levando os trabalhadores a entrar num novo período de greve ao trabalho extraordinário – essencial para o funcionamento dos portos dado o défice de trabalhadores – desde 13 de Agosto e que se manterá até ao final do ano.

Esta nova greve introduz em Portugal um método de luta pouco usual mas, novamente, da mais alta importância. Ela é uma greve solidária! É no Porto de Lisboa que ela tem mais força, mas o seu objectivo é acabar com as práticas anti-sindiciais e com a precariedade nos restantes portos. Os mais fortes lutam pelos mais fracos. Não é um método novo para os estivadores do SEAL, que sempre mobilizaram os efectivos para integrar os precários, mas é uma prática quase desconhecida para grande parte do movimento sindical em Portugal.

Os estivadores estão numa corrida contra o tempo que diz respeito a toda a nossa classe. A construção do SEAL como um verdadeiro sindicato nacional e a defesa do Porto de Lisboa são batalhas que afectam o combate à precariedade de todos nós. A vitória dos donos dos portos seria também uma vitória para todos os exploradores. O exemplo de solidariedade e os métodos de luta que nos traz o SEAL devem ser replicados em todos os sectores. Lembramos a palavra de ordem da manifestação de Julho de 2016: “Precariedade? Nem para os estivadores, nem para ninguém!” ✪

NACIONAL

EM DEFESA DE UMA PLATAFORMA NACIONAL ANTI-RACISTA

Ângela Sankara

Continuamos sem saber as verdadeiras condições de vida dos trabalhadores migrantes, negros e ciganos em Portugal. A falta de dados é notória e consequência da contínua recusa do Estado português na recolha de dados étnico-raciais, fazendo com que os dados mais aproximados sejam relativos à nacionalidade, onde se perde uma parte de jovens e trabalhadores não-brancos que têm a nacionalidade portuguesa.

A real dimensão da marginalização e violência a que estão sujeitos os jovens e os jovens não-brancos e imigrantes, as trabalhadoras e os trabalhadores não-brancos e imigrantes, terá ainda de ser apurada, mas é notório pelos dados a que temos já acesso e pelo dia-a-dia nos bairros, nas escolas e nos locais de trabalho, que estes são das camadas trabalhadoras mais oprimidas e exploradas.

Condição da classe trabalhadora negra em Portugal

O boom de imigração de nacionais dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) nos anos 90 colmatou a necessidade de força de trabalho para o processo de urbanização decorrente principalmente em Lisboa. As perpetuações do colonialismo português e o racismo estrutural mantêm a grande maioria dos imigrantes e afrodescendentes em trabalhos precários, instáveis e sem direitos.

Os estudantes afrodescendentes são os que têm as mais altas taxas de reprovação nas escolas, tanto no ensino básico como no secundário. As taxas de reprovação do ano lectivo 2013/14 no ensino secundário mostram que 50% dos jovens de nacionalidades PALOP reprovaram, contrariamente aos 20% de estudantes de nacionalidade portuguesa,

sendo que cerca de 80% é já empurrado para a via do ensino profissional. O acesso ao ensino superior, que é já difícil para a grande maioria da classe trabalhadora, para os jovens negros e ciganos em Portugal é um cenário ainda mais macabro: cerca de 84% dos jovens negros vêem a possibilidade de entrada nas universidades ser-lhes barrada (Abrantes e Roldão, 2016).

E não nos devemos esquecer da condição das mulheres negras trabalhadoras. Em sectores como a limpeza industrial e o trabalho doméstico e, nos últimos anos, a geriatria, as mulheres negras ocupam uma grande porção da força de trabalho, tornando clara a racialização destes sectores. São trabalhos precários, mal remunerados, muitas vezes sem contratos ou então a falsos recibos verdes.



Mobilização Nacional de Luta Contra o Racismo, Lisboa 2018. Foto: Nelson Lima.

A radicalização dos jovens negros em Portugal

A constante vigilância dos bairros sociais e periféricos de Lisboa e os ininterruptos ataques da polícia – que desde 2001 já tiraram a vida a 14 negros e que todos os dias aprisionam jovens – são uma demonstração da violência do Estado contra os já mais pobres e oprimidos, e os jovens negros estão bem cientes disso.

Historicamente, os jovens e

trabalhadores negros demonstraram várias vezes as suas capacidades de organização e mobilização – as lutas de libertação contra o colonialismo europeu, o *Civil Rights Movement* e, mais recentemente, o *Black Lives Matter*.

A próxima crise económica é uma certeza até para alguns sectores da burguesia. Os antagonismos de classe e raça tornam evidentes que neste período os jovens e trabalhadores negros serão os primeiros e os mais afectados pelas medidas

“A QUESTÃO RACIAL NÃO SE PODE DISSOCIAR DA LUTA CONTRA O DOMÍNIO DA BURGUESIA, SEJA QUAL O FOR O FENÓTIPO QUE ELA TENHA.”

colectiva.

A plataforma nacional anti-racista que defendemos

Neste contexto, é fundamental a criação de uma plataforma anti-racista a nível nacional, que agregue todos os colectivos e organizações que defendem o fim do racismo. Uma plataforma que sirva de ferramenta para a organização dos jovens e trabalhadores negros em Portugal, reforçando a organização de toda a classe trabalhadora. Uma plataforma que não seja por isso um fim em si mesmo, mas que signifique um passo em frente em acabar com a exploração capitalista e com todas as formas de opressão e violência que lhe são intrínsecas.

A questão racial não se pode dissociar da luta contra o domínio da burguesia, seja qual o for o fenótipo que ela tenha. Enquanto existir capitalismo, a maioria das famílias imigrantes, negras e ciganas serão os principais alvos da austeridade, da precariedade, da miséria, da violência. Apesar de Portugal não ter uma pequena-burguesia negra significativa, comparativamente com outros países, as ideias pequeno-burguesas, pós-modernas e identitárias, que entendem o racismo como algo autónomo ao sistema económico em que vivemos, pairam sobre o movimento negro – criando obstáculos à criação de um movimento anti-racista combativo, de carácter anti-capitalista, que organize a maioria não-branca nas escolas, nos locais de trabalho e nos bairros.

É necessária a aproximação das organizações anti-racistas aos sindicatos, frisando a urgência da sindicalização das trabalhadoras e dos trabalhadores negros, e colocando no centro da organização da classe trabalhadora a luta contra o racismo e a xenofobia. Apenas nessa unidade será possível estabelecer uma verdadeira solidariedade de classe entre trabalhadores negros e trabalhadores brancos que construa uma sociedade socialista, gerida segundo as necessidades da maioria. ✪



Da esquerda para a direita: Protesto Brexit em Londres (2016); Beppe Grillo, fundador do Movimento 5 Estrelas (2011); Marine Le Pen, presidente da Frente Nacional (2012); Donald Trump, presidente dos EUA (2018).

O FASCISMO E COMO DERROTÁ-LO

A ARMA CONTRA O FASCISMO É A LUTA DE MASSAS PELO SOCIALISMO

João Carreiras

O capitalismo em crise

Com a derrota dos últimos regimes fascistas na Europa e o colapso da União Soviética a democracia burguesa proclamou o seu triunfo eterno sobre as restantes formas de governo. Quer a “ameaça comunista” quer a “ameaça fascista” estavam eliminadas. A grande maioria das organizações de esquerda foi incapaz de contrariar esta narrativa, moldando-se ao parlamentarismo e à conciliação de classes.

No entanto, as contradições inerentes ao capitalismo resultaram em mais uma explosão cíclica, em 2008, atirando o mundo para a pior crise estrutural do capitalismo desde 1929. Iniciou-se uma nova era política a nível mundial, que voltou a colocar em cima da mesa a possibilidade da revolução... e da contra-revolução.

Se, numa primeira fase, a Primavera Árabe, as manifestações e greves de massas na Europa e até mesmo nos EUA mostraram a possibilidade de revolução, numa segunda fase a contra-revolução ripostou

violentamente através da austeridade e da guerra. O capitalismo foi obrigado a deixar cair a máscara e aquilo que a nova geração de trabalhadores viu foi a cara de um sistema decadente, opressivo e autoritário. Enquanto os direitos e salários

“ENQUANTO OS DIREITOS E SALÁRIOS DOS TRABALHADORES ERAM ATACADOS, O DISCURSO RACISTA E SEXISTA FOI EXACERBADO PARA NOS DIVIDIR.”

dos trabalhadores eram atacados, o discurso racista e sexista foi exacerbado para nos dividir. Na liberal União Europeia (UE), a periferia era acusada de ser preguiçosa e de “viver acima das suas possibilidades”, enquanto os verdadeiros culpados — banqueiros e grandes capitalistas — eram resgatados. O nível da repressão estatal em protestos e greves aumentou. O autoritarismo europeu revelou-se completamente em 2015,

com a eleição do governo Syriza, na Grécia, que sofreu pressões económicas e políticas quase ininterruptas por parte das instituições “democráticas” europeias até que, por fim, capitulou perante a União Europeia, traiu a classe trabalhadora da Grécia e de todos os países, passando a implementar as mesmas medidas de austeridade que os governos de direita.

Mais uma vez, uma direcção reformista da esquerda, por não ter qualquer confiança na força da classe trabalhadora e da juventude, não mobilizou as massas para uma ruptura com o capitalismo e foi derrotada na sua “luta” dentro das instituições “democráticas”, os parlamentos e os gabinetes.

São estes falhanços do reformismo que abrem as portas à extrema-direita.

O beco sem saída da democracia burguesa

A receita austeritária recuperou os lucros da burguesia, mas colocou em causa o bipartidarismo que governou os países imperialistas nos últimos 70 anos. Com a polarização social e o colapso dos partidos da fa-

mília do PS, cresceram várias organizações de extrema-direita. Organizações como a Frente Nacional ou o Movimento Cinco Estrelas, apoiando-se num discurso anti-sistema, populista e racista, foram capazes de captar o descontentamento de vastos sectores da sociedade e crescer organicamente, mas sobretudo eleitoralmente, com vitórias expressivas em países tão variados como a Grécia, a Áustria, a Itália ou a França.

Perante este cenário, a resposta da esquerda reformista foi não só a de rotular imediatamente estas organizações e figuras como fascistas, mas ainda a de apresentar tais ideias e todo o fascismo como uma aberração em capitalismo, como um fenómeno completamente independente do funcionamento da democracia burguesa. Mas o fascismo é um produto do capitalismo. Este sistema produz ideias e políticas fascistas sempre que entra em crise!

Quando as direcções de esquerda concluem que, perante a irrupção do discurso fascista nas instituições da democracia burguesa, é necessário cerrar fileiras em torno dos partidos



Da esquerda para a direita: Protesto em Londres contra Trump (2018); protesto anti-racista em Macerata, Itália (2018); protesto de estudantes em Paris (2018); trabalhadoras do MacDonalD's em greve (2018).

que nos trouxeram até aqui — os partidos burgueses, liberais e até conservadores —, estão a condenar-se à derrota. Foi a democracia burguesa que gerou as condições socioeconómicas para o ressurgimento das organizações fascistas. A “unidade democrática” que os reformistas pretendem construir equivale a sujeitar todo o programa da classe trabalhadora aos interesses da burguesia que os partidos de direita “democrática” servem. Portanto, equivale a alienar vastos sectores da classe trabalhadora e dos pobres que procuram uma saída deste sistema e não encontram nenhuma proposta na esquerda, mas pensam encontrar nos discursos inflamados dos novos fascistas.

Estamos, por isso, em profundo desacordo com os reformistas, apesar de reconhecermos o perigo que o crescimento da extrema-direita representa. Enquanto marxistas, não podemos limitar a nossa análise à aritmética eleitoral e àquilo que é veiculado na comunicação social burguesa. É necessário sair dos limites estreitos do parlamentarismo burguês e analisar o desenvolvimento das várias classes em disputa na sociedade, das suas organizações e das contradições que cada momento político apresenta. Só através dessa análise seremos capazes de identificar

correctamente um movimento fascista e definir as tarefas para o derrotar.

Como surgiu o fascismo?

Ao contrário de outros regimes ditatoriais, que chegaram ao poder através de golpes de Estado militares, o movimento fascista italiano, o primeiro movimento fascista da Europa, surge como um movimento verdadeiramente de massas e anti-sistema, embora financiado

“O FASCISMO É UM PRODUTO DO CAPITALISMO. ESTE SISTEMA PRODUZ IDEIAS E POLÍTICAS FASCISTAS SEMPRE QUE ENTRA EM CRISE!”

por grandes capitalistas. Este movimento de massas encontrou a sua base social entre as camadas mais empobrecidas da pequena-burguesia e até da classe trabalhadora, assim como entre o lumpemproletariado.

Inspirado pela revolução russa, o proletariado italiano ocupou e controlou dezenas de fábricas e cidades durante os anos de 1919 e 1920. No entanto, as lideranças sociais-democratas, incapazes de conquistar o poder, deixaram o movimento revolucionário num impasse. Da necessidade de destruir a revolução, surgiu e cresceu o movimento

fascista italiano. Recorrendo a formulações populistas para agitar as massas empobrecidas da pequena-burguesia e lumpemproletariado, e a bandos paramilitares para eliminar fisicamente a resistência da classe trabalhadora, foi capaz de subir ao poder em apenas dois anos. As lideranças da social-democracia preocupadas com a “opinião pública” ficaram paralizadas e entregaram os trabalhadores nas mãos dos

fascistas. Na Alemanha, com o partido Nazi, a história não é significativamente diferente, embora a ascensão tenha sido mais lenta. Assim, baseando-se nestas experiências históricas, Trotsky identificou como principal objectivo do fascismo a destruição da classe trabalhadora enquanto classe. Isto significa a destruição de todas as organizações da nossa classe, assim como as suas lideranças, no sentido de deixar a classe trabalhadora num estado amorfo e incapaz de lutar. Estas medidas extremas surgem quando o capitalismo entra em crise e a revolução socialista ameaça o

sistema. Caso a classe trabalhadora organizada seja incapaz de tomar o poder de Estado e os meios de produção, a pequena-burguesia entra em desespero e perde a confiança na classe trabalhadora. O movimento fascista alimenta-se deste desespero e utiliza estes sectores da sociedade como tropa de choque para quebrar greves e manifestações ao mesmo tempo que apela à ordem, à nação e outros valores conservadores.

Apesar do principal objectivo do fascismo ser aniquilar as organizações de trabalhadores como última forma de manter a ordem burguesa, os próprios capitalistas receberam-no. O controlo sobre este tipo de movimentos é reduzido, principalmente quando adquire um carácter de massas. No entanto, não nos iludamos, este é um regime para a burguesia — e ela sabe-o.

Após conquistarem o poder, os partidos fascistas, anteriormente críticos da burocracia e do sistema, burocratizaram-se e aumentaram o peso do aparelho de Estado. O aparelho repressivo foi melhorado com a criação de polícias políticas e censura. A livre associação deixa de existir e são criados sindicatos corporativos, leais ao Estado, como substitutos dos verdadeiros sindicatos. Estas medidas permitem à bur-

guesia, em particular ao capital financeiro, aumentar a exploração e os seus lucros.

O fascismo hoje

A eleição de Donald Trump, no final de 2016, teve um efeito galvanizante entre a extrema-direita a nível mundial, do Brasil às Filipinas e à Europa. Vários grupos nacionalistas e fascistas ressurgiram, embora sob capas como a “alt-right” (direita alternativa) nos EUA, e alguns até mesmo “em defesa da liberdade de expressão”. No entanto, estas organizações não têm ainda nem a força nem a aceitação entre a maioria da população como no passado. Será a ameaça fascista um perigo imediato e real?

Por um lado, a base social para o fascismo é hoje inferior ao que era nos anos 1930. Devido à tendência do capitalismo para a concentração de capital, a porção do proletariado urbano e rural entre a população mundial aumentou significativamente. Não existe assim, na maioria dos países, uma pequena-burguesia empobrecida e suficientemente numerosa para ser a tropa de choque do fascismo. Isto implicará necessariamente uma orientação das forças populistas e fascistas para alguns sectores da classe trabalhadora, elemento visível durante a campanha de Trump.

Por outro lado, é importante notar também que a grande maioria da classe trabalhadora não se identifica enquanto tal e está desorganizada — pelo menos por agora. Isto significa que a nossa classe é também menos forte do que era há um século e não é ainda capaz de concretizar a revolução socialista.

Adicionalmente, é preciso saber caracterizar o voto nos partidos de extrema-direita. O voto em Trump foi, na realidade, um voto maioritariamente anti-Hillary; Marine Le Pen foi obrigada a mascarar o programa mais reaccionário da Frente Nacional para captar os votos dos trabalhadores; o voto no Brexit foi essencialmente um voto de protesto contra o Partido Conservador, a UE e as políticas de austeridade. Estes

e outros resultados não significam, por isso, uma viragem clara para o fascismo. São antes um momento do período de polarização social e reorganização política que estamos a atravessar. Obviamente que são resultados preocupantes mas, antes de mais, devem servir para alertar a esquerda de que, salvo raras excepções, ela não é vista como uma alternativa credível pelas classes que diz representar.

Apesar dos crimes de ódio terem aumentado por todo o Mundo, não existem ainda ataques sistemáticos de bandos fascistas contra a esquerda e os sindicatos. Por todo o lado continuamos a ver os

“À OPRESSÃO DAS MINORIAS DEVEMOS RESPONDER COM SOLIDARIEDADE DE CLASSE E AUTODEFESA; E AO NACIONALISMO DEVEMOS RESPONDER COM A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA. AO FASCISMO, RESPONDEMOS COM O SOCIALISMO.”

trabalhadores e jovens a protestar em massa. Mesmo em países onde a ameaça fascista é maior, como no Brasil, o movimento dos trabalhadores e os movimentos sociais conseguem manifestar-se em massa e associar-se livremente. As organizações de trabalhadores ainda têm capacidade de lutar, apesar de o aumento dos homicídios políticos após a 1ª volta das eleições ser um dado a ter em conta.

É, por tudo isto, impossível concluir, por exemplo, que a eleição de Bolsonaro, só por si, instaure o fascismo por decreto no Brasil. Será necessário esmagar movimentos como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os grandes sindicatos, etc. A tarefa principal da esquerda neste período será então discutir como resistir e construir as estruturas necessárias para o fazer.

Luta anti-fascista

A luta contra a extrema-direita é, acima de tudo, uma luta política. Temos que combater, não apenas as organizações de

extrema-direita, mas as condições que tornam possível o seu crescimento. Por isso é crucial, antes de mais, a construção de uma organização forte, credível e com um programa que responda às necessidades dos trabalhadores e dos jovens.

À demagogia e populismo devemos responder com medidas radicais, que ataquem a desigualdade social e económica nas suas raízes; à opressão das minorias devemos responder com solidariedade de classe e autodefesa; e ao nacionalismo devemos responder com a solidariedade internacionalista. Ao fascismo, respondemos com o socialismo.

O combate a estas organiza-

ções não deve seguir receitas pré-definidas, mas deve ter vários factores em conta, a correção de forças num dado momento e o tipo de confronto em causa. Por exemplo, recusar debater com políticos populistas e de extrema-direita porque “com fascistas não se discute” pode ter custos elevados, uma vez que a consciência de classe dos trabalhadores ainda está em formação e a comunicação social, tradicional ou nas redes sociais, continua a ser detida pela burguesia e a ter uma grande influência. Em debates, a esquerda — estando armada com uma análise de classe — consegue desmascarar politicamente estas forças, que são anti-trabalhadores, e desmascarar individualmente estes políticos, muitos deles corruptos e que vivem do sistema.

No entanto, quando o evento é apenas um palco para o discurso de ódio e propagação desta ideologia, a esquerda deve procurar impedir a sua realização. Nesta categoria entram as marchas, concentrações e até as supostas confe-

rências académicas que são utilizadas para dar púlpito a assumidas personalidades de extrema-direita. Como impedir a sua realização? Através da mobilização de trabalhadores e jovens para bloquear os locais onde estas se irão realizar ou impedir a sua passagem. É preciso deixar claro aos fascistas que esses espaços não lhes pertencem.

Estas mobilizações devem ser organizadas por comités anti-fascistas que discutam, entre outras coisas, a segurança de manifestantes, minorias e activistas em geral. Defendemos que a principal tarefa destes comités, no momento presente, é garantir a participação e politização do máximo de trabalhadores e jovens em mobilizações anti-fascistas. Enquanto marxistas, não somos pacifistas, reivindicamos o direito à autodefesa, mas devemos pensar essa defesa de forma táctica. As pequenas escaramuças de rua, mesmo quando as forças fascistas são derrotadas, não permitem a mobilização de novas e mais vastas camadas da classe trabalhadora. Estes confrontos podem até apartar uma parte significativa da nossa classe e tendem a eclipsar o trabalho político de partidos e sindicatos. Isto significa que, apesar de eventuais benefícios a curto prazo, o confronto físico não pode ser uma táctica repetida artificialmente.

Lutar pelo Socialismo

Não existem atalhos para derrotar definitivamente as forças fascistas: apenas com o derrube do capitalismo e uma mudança radical nas relações sócio-económicas seremos capazes de eliminar as desigualdades que alimentam o fascismo. Por isso, a construção de um partido de massas dos trabalhadores é um passo incontornável na luta anti-fascista. Apenas uma organização massiva da classe trabalhadora terá a força para impor esta mudança e organizar uma sociedade socialista — verdadeiramente democrática, livre de exploração, livre de opressão e ecológica.

✱



Protesto Mulheres contra Bolsonaro em São Paulo, Brasil 29 de Setembro de 2018. Foto: Mídia NINJA.

COMO DERROTAR BOLSONARO

Luís Sombreiro

O cenário actual do Brasil é de profunda crise económica. A partir de 2013, após o primeiro mandato de Dilma, o período de conciliação de classes termina. Perante a degradação das condições de vida do povo brasileiro, o governo do PT, comprometido com a burguesia, não conseguiu dar resposta às emergentes contradições do capitalismo no Brasil, tornando-se executor de políticas de austeridade.

Hoje vive-se uma polarização social e surgem movimentos à direita e à esquerda, em revolta contra o crescente endividamento, desemprego, pobreza e insegurança. A esquerda teve dificuldade em fazer uma crítica séria ao PT, mantendo-se ainda na sua sombra. A identificação do PT e, por conseguinte, da esquerda com a crise abriu espaço para o surgimento de um movimento reaccionário de extrema-direita que se vai fortalecendo à medida que a crise se agrava.

A esquerda brasileira não conseguiu oferecer uma resposta credível para o problema da insegurança e da corrupção — o discurso autoritário revelou-se o mais forte e levou consigo milhões de brasileiros desesperados.

Como ganhou e o que representa Bolsonaro

As últimas eleições presidenciais serviram como barô-

metro do descontentamento do povo. Existe um grande cepticismo em relação ao PT, agravado pelos últimos anos de ataques aos trabalhadores e pela corrupção. O seu candidato, Fernando Haddad, não representou uma alternativa suficientemente credível e procurou moderar o programa para obter apoio de sectores conservadores.

“A ESQUERDA ANTI-CAPITALISTA, EM PARTICULAR O PSOL, TEM AGORA A MISSÃO DE, A PARTIR DESSA RESISTÊNCIA, CONSTRUIR UMA NOVA DIRECÇÃO PARA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA.”

O processo de reorganização da esquerda ainda não resultou numa alternativa que a maior parte da população veja como uma saída real desta situação. Assim, o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, surgiu como candidato de rejeição do sistema, que irá impor a “ordem”.

Bolsonaro capitalizou a raiva contra a crise junto da pequena-burguesia empobrecida. Apresentou uma retórica conservadora e aliou-se ao movimento evangélico, arrastando até mesmo sectores da classe trabalhadora. O aumento da violência e insegurança em todo o Brasil, fruto da crise económica e social, foi terreno fértil para o ascenso da resposta autoritária de extrema-direita personificada em Bolsonaro. Com um discurso racista, ho-

mofóbico e machista, ele defende a violência nas ruas, a tortura e a ditadura militar brasileira. Após ter ganho as eleições para presidente do Brasil no passado dia 28 de Outubro, ele irá promover duros ataques contra os trabalhadores, os pobres e as camadas mais oprimidas. Ele tem um discurso racista para dividir a classe trabalhadora, fazê-la lutar entre

si e dessa forma apoiar-se nas camadas mais conservadoras e reaccionárias do país. Para o problema da criminalidade oferece mais repressão, ocultando o problema de fundo: a desigualdade sistémica acentuada pela corrupção que permite aos capitalistas e bilionários encherem os seus cofres através da exploração de quem trabalha no Brasil.

Criar uma alternativa de esquerda é possível

O Brasil entra agora num novo período de resistência. Findas estas eleições irão surgir novos movimentos. Estes serão uma oportunidade para que a esquerda socialista, juntando movimentos e sindicatos, forme uma alternativa, não só a Bolsonaro, mas também ao PT e a todo o sistema capitalista.

Existe cada vez mais espaço para uma esquerda fora da linha do PT, como já se começou a ver pela aliança na candidatura presidencial de Boulos e Guajajara entre o PSOL, MTST, PCB e outros movimentos. A mobilização à volta destas candidaturas e pela campanha #EleNao não deve ser desperdiçada e sim ser usada para criar as bases desta nova alternativa de esquerda que organizará a resistência.

A radicalização política da classe trabalhadora brasileira continuará a acentuar-se. É preciso mobilizar nas ruas, locais de trabalho, nas faculdades e escolas contra os novos ataques. A esquerda anti-capitalista, em particular o PSOL, tem agora a missão de, a partir dessa resistência, construir uma nova direcção para a classe trabalhadora brasileira. Uma direcção que rejeite frontalmente a política de conciliação e capitulação dos dirigentes petistas, sendo capaz de unificar os movimentos populares numa frente unida contra os ataques, em defesa dos direitos democráticos e por uma alternativa socialista para o Brasil e para toda a América Latina.

O ascenso da extrema-direita e do fascismo combate-se rompendo com o capitalismo. Só criando uma democracia dos trabalhadores é possível acabar com a corrupção, resolver o problema da segurança e pôr um fim à exploração. ✱



Protesto #EleNao em Santa Maria, Brasil 29 de Setembro de 2018. Foto: Mídia NINJA.

PARA COMBATER A VIOLÊNCIA MACHISTA, GREVE FEMINISTA!

Fábio Ruiz

No passado mês de Setembro foi divulgada ao público a decisão do tribunal de Vila Nova de Gaia (confirmada num acórdão do Tribunal da Relação do Porto) de condenar os dois violadores de uma mulher de 26 anos que se encontrava inconsciente na casa de banho de uma discoteca Vila Nova de Gaia a quatro anos e meio de pena suspensa. A justificação dada para a relativização foi um clima de “sedução mútua”. A Associação Sindical dos Juizes Portugueses não tardou em sair em defesa da decisão alegando que “A maior parte das pessoas entende que para que exista violação basta a pessoa não dar o seu consentimento ou, neste caso, a pessoa estar inconsciente. Mas não. Juridicamente isso não é violação”. Quem explicou isto foi a secretária-geral da Associação, Carla Oliveira, uma mulher.

Mais uma vez vemos o verdadeiro carácter machista da Justiça, que relativiza e normaliza a violência contra a mulher culpando a vítima, a pessoa que tem o seu direito à liberdade revogado e o seu consentimento invalidado. A Justiça concede desta forma

impunidade aos violadores e deixa bem clara a mensagem de que para tal violência não há consequências. Em Portugal o único crime violento que aumentou em 2017 foi a violação, cerca de 21% em relação ao ano anterior, crime este que em 53,3% dos casos são perpetrados por pessoas próximas às vítimas, sejam familiares ou conhecidos.

Este não é um caso isolado e não pode ser reduzido a apenas um punhado de indivíduos machistas. O machismo é sim uma componente da Justiça, e esta um dos pilares em que assenta o aparelho do Estado, cuja existência é justificada pela manutenção de um sistema baseado na opressão de classe, de género e de raça. Nestas alturas ouve-se o bradar das vozes mais liberais, que denunciam como problema a ausência de uma perspectiva de género dos tribunais e que apontam como solução a sensibilização e a educação de juizes e juizas para a atingir. Nós rejeitamos este argumento que apenas procura abafar a discussão que vai ao fundo da questão — o problema não é a falta de educação dos juizes e juizas, mas sim a ausência de democracia na própria justiça e nos tribunais. Estas juizas que atestam a impunidade

dos violadores e agressores não verão a mesma coisa que nós vemos nestes casos? Certamente o verão, a diferença é que estas pertencem a uma casta cujo propósito é servir o sistema e garantir a ordem estabelecida, obrigatoriamente perpetuando as opressões necessárias ao normal funcionamento do capitalismo.

À medida que a crise capitalista se vai acentuando, também a violência contra as mulheres aumenta. A precariedade laboral, ao mutilar os direitos da classe trabalhadora e da juventude, afecta especialmente as mulheres trabalhadoras, tornando-as vulneráveis: ao assédio no trabalho cada vez mais precário, que têm de suportar para o conseguir manter; à violência doméstica, onde na falta de autonomia financeira ficam à mercê dos parceiros ou familiares; nos direitos reprodutivos, sobre os quais não têm garantia absolutamente nenhuma sem um Sistema Nacional de Saúde funcional e verdadeiramente acessível; e em outros tantos aspectos.

Outro aspecto é o do trabalho doméstico: com a constante delapidação dos serviços públicos as mulheres trabalhadoras têm sido forçadas a assumir ainda mais responsa-

bilidade nas tarefas domésticas, no cuidar das crianças, dos idosos e dos familiares doentes. Sem uma rede pública de creches ou de cuidados de enfermagem e com um Sistema Nacional de Saúde de tal maneira degradado, o tempo que as mulheres trabalhadoras gastam nas tarefas domésticas chega a ser quase mais duas horas do que os homens. Esta é a realidade que revolta a maioria da juventude e mulheres trabalhadoras, que vêem os seus sonhos de uma vida emancipada afastados.

Greve geral feminista!

A luta contra a violência machista só pode ser uma luta de toda a classe trabalhadora, unida e organizada. Continuamos a assistir à intensificação da desigualdade salarial, da dependência económica, à perda dos direitos reprodutivos e ao consequente aumento da violência contra a mulher. O espaço aberto pela ausência de forças de esquerda capazes de apontar um caminho para a construção de uma outra sociedade que rejeite a lógica actual e dominante do lucro, uma sociedade socialista, está a ser ocupado com discursos populistas de direita que não se absterem de pregar as suas ideias conservadoras, retrógradas e moralistas respectivamente ao lugar da mulher na vida social. Temos que combatê-lo!

Eliminar a violência machista nunca será possível sem romper com um sistema que depende desta e de outras opressões para manter a sua ordem e o funcionamento. É necessário que nos organizemos para lutar pelos nossos direitos numa ofensiva directa contra o Capital e o seu Estado, com mulheres e homens organizados nos seus locais de trabalho e de estudo reivindicando a dignidade e a igualdade em casa e no trabalho.

A luta é o único caminho! Aderimos à greve geral feminista internacional no dia 8 de Março de 2019, queremos construí-la, por um movimento feminista de classe capaz de conquistar os direitos que nos são devidos! ✪

ROSA

CIT

RESISTÊNCIA E LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO IÉMEN!

Pamela Cabreira

Uma guerra silenciosa de vasta o Iémen. Estima-se que, desde o início do conflito em 2014, mais de 10 mil pessoas foram mortas e 50 mil feridas em ataques perpetrados por duas facções: de um lado as forças oficiais do governo que têm apoio de uma aliança liderada pela Arábia Saudita e, do outro lado, milícias houthis, apoiadas pelo Irão.

A exploração de trabalhadores desenfreada, o desemprego, os embargos comerciais e a crise económica afligem o país. O preço dos alimentos disparou em mais de 60% desde 2015, e o país enfrenta a maior crise de fome dos últimos 100 anos em todo o mundo. Trabalhadores do sector público e privado não recebem os seus salários há mais de dois anos e o espectro da mi-

séria, da fome, das epidemias e da morte paira sobre a população iemenita.

O país está estrategicamente situado no estreito de Bab-el-Mandeb, fazendo ligação com África e rota de navios petroleiros, atraindo os interesses imperialistas e reacionários. Intensos bombardeios aéreos em Hodeida e Sanaa têm sido protagonizados pela coalizão entre a Arábia Saudita e outros oito Estados sunitas árabes com o apoio dos Estados Unidos, França e Reino Unido.

O saque aos trabalhadores também tem ocorrido fomentado pelos interesses do capital internacional. Empresas como a multinacional francesa de energia TOTAL e a britânica G4S abandonaram os trabalhadores à mercê de suas próprias sortes, sem salários e sem direitos trabalhistas, com a conivência das entidades estatais ao não cumprimen-



Trabalhadores do sector energético criam sindicato, s/d. Foto: CIT/CWI.

to destas prerrogativas. Ao se organizarem e reivindicarem seus direitos, três trabalhadores foram mortos e muitos relatam experiências de perseguição nos últimos meses.

Apenas a revitalização do movimento trabalhista e sindical e a solidariedade internacional da classe trabalhadora com as massas iemenitas serão capazes de reverter essa situação por que o país passa.

Com o apoio do CIT, o Sindicato Total dos Trabalhadores do Iémen com 150 membros foi criado e procura vincular outros sectores para organizar uma verdadeira frente de luta da classe trabalhadora no Iémen. Continuamos a apoiar e acompanhar a resistência que se forma no país, e demonstramos toda a nossa solidariedade com os camaradas iemenitas! ✪

CATALUNHA: UM ANO DEPOIS DA CRISE REVOLUCIONÁRIA

João Reberti

No primeiro aniversário do histórico 1 de Outubro de 2017, quando milhões de jovens e trabalhadores organizaram um referendo pela independência catalã que foi brutalmente reprimido e acabou com presos políticos, 150.000 jovens e estudantes encheram as ruas contra a repressão e pela República.

Convocado pelas Universidades pela República, *Sindicat d'Estudiants* e Sindicato de Estudantes dos Países Catalães, a manifestação contou com a participação de professores e a simpatia dos trabalhadores. O ambiente era de entusiasmo e combatividade, fazendo-se ouvir apelos a uma greve geral pela República.

Os nossos camaradas da *Izquierda Revolucionaria* e do *Sindicat d'Estudiants* denunciaram, na sua intervenção, a

política de “gestos vazios” do governo PSOE que, apesar de ter levado os presos políticos para mais perto de casa, recusa libertá-los, alegando separação de poderes, continuando a negar o direito à auto-determinação do povo catalão. No entanto, os camaradas também acusaram o PDeCAT e a ERC, partidos do poder regional autónomo, pela repressão efectuada através da polícia local contra manifestantes anti-fascistas.

No mesmo dia, os CDR - Comitês de Defesa da República - organizaram bloqueios e protestos por toda a Catalunha. Estas acções demonstram a vontade de lutar por parte da classe trabalhadora e juventude catalã. Esta vontade contrasta totalmente com a dos líderes burgueses do movimento independentista que procuram, a todo o custo, travar o movimento por medo que



Sindicat d'Estudiants na manifestação do 1 de Outubro, Catalunha 2018. Foto: *Sindicat d'Estudiants*.

se lhe escape das mãos, sendo em causa a monarquia espanhola, que roubou o direito à independência e à República, para salvaguardar os seus negócios e lucros.

Estes líderes procuram, atrás de portas fechadas, o fim da luta pela República e a manutenção das políticas de austeridade que agradam tanto aos capitalistas catalães e espanhóis.

Mas o que ficou claro ao lon-

go deste ano é que a maioria da classe trabalhadora e da juventude rejeita esta monarquia corrupta e a austeridade que aplica. Na Catalunha, e no mundo inteiro, o CIT continuará a lutar por uma República socialista dos trabalhadores que ponha fim à miséria, à corrupção, ao machismo e ao racismo, que hoje crescem à sombra do capitalismo em crise, e que lhe são inerentes. ✪

A HABITAÇÃO ESTUDANTIL NÃO PODE SER UM NEGÓCIO!

Bruno Penha

O movimento estudantil em Portugal tem-se organizado em torno da abolição da propina, reconhecendo-a como uma barreira ao acesso ao Ensino Superior. Mas para os cerca de 152.000 estudantes do ensino superior deslocados, 42% do total, há uma outra barreira que se tem vindo a tornar inultrapassável para uma quantidade cada vez maior destes: a falta de habitação estudantil pública, que actualmente cobre menos de 10% das necessidades. Para além disso a mensalidade média é superior a 150€ e em infraestruturas de baixa qualidade. A grande maioria destes estudantes vê-se assim obrigada a encontrar um quarto no mercado, onde os preços por quarto chegam em média aos 485€ em Lisboa e 407€ no Porto, incomportável para a maioria da classe trabalhadora.

Esta inflação resulta da

busca de lucro rápido pela burguesia no mercado arrendatário e imobiliário. No primeiro, com a passagem dos imóveis que detém para alojamento local, facilitada por plataformas como a Booking e a Airbnb, ou de luxo, multiplicando a renda anterior. No segundo, com a compra e posse de imóveis, normalmente através de fundos de investimento, sem que

“A HABITAÇÃO, QUE DEVIA SER PENSADA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES, ESTÁ ASSIM A SERVIR PARA ENRIQUECER UMA CLASSE EM DETRIMENTO DA OUTRA.”

sejam utilizados para habitação - grande parte edifícios devolutos - com o objectivo de os vender depois de terem valorizado. A habitação, que devia ser pensada para suprir as necessidades das populações, está assim a servir para enriquecer uma classe em detrimento da outra.

Incapazes de pagar as rendas inflacionadas que se praticam nos centros das cidades, jovens trabalhadores e estudantes são empurrados

para a periferia, obrigados a gastar tempo e dinheiro nas deslocações diárias, impedidos de desfrutar a cidade onde trabalhamos e estudamos e da companhia de quem nos é querido.

Impossibilitados de estudarmos e de vivermos com condições dignas, precisamos de um programa capaz

de mobilizar os estudantes de todo o país numa luta unida. Este passará pela criação de residências universitárias, gratuitas e de qualidade, com camas suficientes para albergar 100% dos estudantes das instituições universitárias — mesmo aqueles de nós que vivem na cidade onde estudam, pois muitos estão em idade de procurar a independência dos pais. Passa também por maior investimento em universidades do interior do país,



para que não tenhamos de nos deslocar para tão longe das nossas famílias e amigos, servindo ainda para contrariar o processo de desertificação.

O Sindicato de Estudantes exige soluções que vão à raiz dos problemas que afligem a nossa classe, e com os quais nos vamos continuar a deparar quando deixarmos os estudos. Lutaremos por isso ao lado das organizações de trabalhadores por um plano público de habitação sob o controlo de órgãos democráticos dos trabalhadores, que passe pela expropriação e reabilitação de prédios devolutos e pelo controlo de rendas.

ESTUDANTES E TRABALHADORES, UNIDOS VENCEREMOS!



Manifestação de estudantes do ensino superior em Lisboa, 24 de Março de 2010. Foto: Indymedia Portugal.